
 Assembleia Legislativa do Estado do Ceará	Diretoria Adjunta Operacional	CÓDIGO:	FQ-COTEP-027-00
	Formulário da Qualidade	DATA EMISSÃO:	11/06/2018
	Comissões Técnicas Permanentes	DATA REVISÃO:	
	Ata de Audiência Pública		

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A PROPOSIÇÃO Nº 13/2019, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.3442, QUE INSTITUI O PISO SALARIAL DO ADVOGADO EM EXERCÍCIO PROFISSIONAL NA INICIATIVA, NO ÂMBITO DO ESTADO DO CEARÁ DA COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO NA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA TRIGÉSIMA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ.

Ao terceiro dia do mês de maio do ano de dois mil e dezenove, às treze horas e trinta minutos, nos auditórios Deputados Almir Pinto e Abelardo Costa Lima no Complexo de Comissões Técnicas Permanentes, realizou-se Audiência Pública para “Discutir a proposição nº 13/2019, oriunda da Mensagem nº 8.3442, que institui o Piso Salarial do Advogado em exercício profissional na iniciativa, no âmbito do Estado do Ceará. Presentes os deputados: Jeová Mota, Presidente da Comissão acima citada; Leonardo Araújo, autor do Requerimento e Marcos Sobreira. Presidiu a audiência o Deputado Jeová Mota, que abriu os trabalhos, e compôs a Mesa com as seguintes autoridades: Dr. José Erinaldo Dantas Filho, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil Seção Ceará; Dr. Leonardo Leal, Diretor Acadêmico da Escola Superior de Advocacia (ESA), representando o Dr. Andrei Barbosa de Aguiar; Senhor Adriano Costa, representante do Centro de Estudo das Sociedades de Advogados (CESA); Senhor Vítor Pedrosa, Vice-Presidente da Comissão do Acompanhamento Legislativo da OAB; Sra. Tânia Coutinho Presidente da APAFECE e Sr. Xavier Torres, Presidente da ARCE. O Senhor Presidente Jeová Mota cumprimentou a todos e passou a palavra ao Dr. Leonardo Leal, que falou da necessidade de se estabelecer um piso mínimo remuneratório, pois os valores que têm sido pagos aos jovens em advocacia são valores muito diminutos, cada vez mais reduzidos. Essa profissão precisa ser valorizada e tratada com seu devido respeito. Aproveitou para registrar a presença do Dr. Sávio Sá, Coordenador do Núcleo de Empreendedorismo e Jovem Advocacia, área especialmente afetada por essa discussão do piso, a questão da jovem advocacia, aquela que certamente mais sofre com essa discussão. Logo após esse pronunciamento, o deputado Jeová passou a presidência ao autor do requerimento, deputado Leonardo Araújo. Após cumprimentar as pessoas presentes, falou que essa Audiência “é o pontapé inaugural de uma discussão que há muito a advocacia clama, mas que seja feita de forma, acima de tudo, responsável e comprometida com o social”. Parabenizou o governador Camilo Santana, pela iniciativa de enviar essa Mensagem à Casa. A Sra. Tânia Coutinho, Presidente da APAFECE, tem lutado por essa remuneração digna dos advogados públicos da Administração Direta e indireta e Procuradores Autárquicos, então louvou a iniciativa do Governador do Estado do Ceará e dos deputados Leonardo Araújo e Marcos Sobreira. O Deputado Leonardo Araújo falou que seu gabinete estará sempre aberto aos interesses da advocacia e “tendo em vista a unanimidade dos presentes serem de acordo com as proposições enviadas pelo governador Camilo Santana, de interesse da classe dos advogados, à partir daí avançarmos, junto à Comissão de Constituição e Justiça, para que as Emendas sejam aprovadas no que diz respeito à gradação dos valores de acordo com a qualificação do advogado”. E nada mais havendo a tratar, o presidente agradeceu a presença dos

 Assembleia Legislativa do Estado do Ceará	Diretoria Adjunta Operacional	CÓDIGO:	FQ-COTEP-027-00
	Formulário da Qualidade	DATA EMISSÃO:	11/06/2018
	Comissões Técnicas Permanentes	DATA REVISÃO:	
	Ata de Audiência Pública		

Continuação da Ata da Audiência Pública da CTASP

convidados, dos parlamentares e demais presentes. E, para constar, eu, Jéssica Benevides, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida será assinada pelo presidente da Audiência Pública, Deputado Jeová Mota.

